

Construindo a Socioeconomia Popular e Solidária no Brasil.

Rosemary Gomes*
Euclides André Mance**
Dezembro, 2001

Protagonismo e Globalização da Solidariedade

Os segmentos populares da sociedade civil planetária compostos por contingentes oprimidos, explorados, expropriados, dominados, excluídos e por todos aqueles que lhes são solidários, vêm se organizando internacionalmente não apenas na resistência à globalização capitalista, mas na construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que tenham o potencial de dar origem a uma nova civilização, multicultural e que desejem a liberdade de cada outro em sua diferença.

Nas últimas décadas inúmeras práticas de solidariedade expandiram-se internacionalmente integrando-se em movimentos de rede. A partir delas pode-se vislumbrar os primeiros sinais do nascimento de uma nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos.

Sob a lógica das redes de economia solidária, que são uma parcela desse conjunto todo, a difusão do consumo e do labor solidários, em laços de realimentação, possibilita que os valores econômicos gerados pelo trabalho possam realimentar o processo de produção e consumo, promovendo o bem viver das coletividades e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável, a expansão do campo de possibilidades de realização das liberdades públicas e privadas.

* Socióloga, assessora da FASE Nacional, animadora da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

** Filósofo, autor de *A Revolução das Redes*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000. Sócio fundador do Instituto de Filosofia da Libertação – IFIL, em Curitiba. Animador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

A nova geração de redes solidárias que começa a surgir carrega consigo características de inúmeras práticas solidárias bem sucedidas, entre as quais elencam-se: os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, Sistemas de Micro-Crédito, Sistemas de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Grupos de Compras Comunitárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Alternativas, difusão de Softwares Livres (*Free Softwares*) e inúmeras outras práticas de sócio-economia solidária que poderiam ser aqui elencadas. O crescimento mundial do Setor Público Não-Estatal indica a ampliação de novos campos de possibilidade para ações solidárias estrategicamente articuladas com o objetivo de promover as liberdades públicas e privadas.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Os resultados práticos das diversas redes de economia solidária mostram a relevância que essas redes sócio-produtivas têm no combate às desigualdades. No caso particular da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, considerando-se que ela tem apenas um ano e meio de atividade, fica evidente o potencial desencadeador de ações, pelos fluxos que ela tem mediado, realimentando ações coletivas em distintas realidades que vão de sistemas de compras coletivas no Rio Grande do Sul a sistemas de cartões de crédito solidário no Ceará, de sistemas de localização de produtos e serviços via *web*, à promoção de feiras de diversos tipos etc.

No caso da plataforma da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, considerando-se o documento do Encontro de Mendes, em junho de 2000, as atenções estão voltadas no *campo da produção* a garantir grande diversidade de produtos e serviços, a aprimorar a qualidade dos produtos em sua forma e conteúdo, à realização de compras em conjunto de insumos para redução de custos, à reconstrução solidária das cadeias produtivas, iniciando quanto possível pela ponta do consumo, a garantir ofertas sustentadas e respeito ao meio ambiente, à criação de selos de responsabilidade social/ambiental, à afirmação do trabalho emancipado, do conhecimento e da criatividade dos trabalhadores/as como o valor central, à defesa da autogestão como

modo de empoderamento da força de trabalho para controlar o processo produtivo e o produto do seu trabalho com ênfase na complementaridade e solidariedade como modo de articulação com outros empreendimentos associativos e cooperativos, à incorporação, criação e compartilhamento de tecnologias sustentáveis.

Estão em curso a identificação e mapeamento de grupos existentes, a partir de bancos de dados em funcionamento e de outros instrumentos, visando melhor entrosamento das cadeias produtivas e a criação de bases de dados regionais e nacional que mapeiem redes de produção e consumo locais, visando articulações de dimensão internacional, que facilite a troca com empreendimentos solidários de outros países e continentes e organização de sistemas de assessoria com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de temáticas específicas como autogestão, metodologia das redes e cadeias produtivas solidárias, legislação, tributação, publicidade, administração etc.

No *campo da comercialização* as atenções se voltam para a qualidade dos produtos, embalagem e frete, compondo custos com sustentabilidade social e ecológica, à produção de catálogo de produtos, serviços e fornecedores, a localizar as necessidades dos consumidores e produtores, desenvolver logística solidária de distribuição e armazenagem, cultivar a relação produtor-consumidor, a garantir uma intermediação eficiente que seja benéfica tanto para os produtores quanto para os consumidores, referenciada em princípios de cooperação e solidariedade, a gerenciar corretamente a informação, a compreender o encadeamento solidário dos diversos serviços entre o produtor e o consumidor como parte da construção de cadeias produtivas solidárias, a organizar pontos de comercialização permanentes e a desenvolver sistemas de comercialização eletrônica; criação de feiras e mercados da RBSES, do local para o nacional, a identificar e mapear o potencial de compra e venda dos grupos e organizações existentes, à elaboração de guias de orientação sobre a montagem de feiras locais, regionais e nacional (planejamento, gerenciamento e captação de patrocínios); a realizar pressões sobre o Congresso Nacional para a reformulação e elaboração de legislação nas áreas de tributação, fiscalização e afins.

No *campo do consumo*, elenca-se: organizar redes de consumo, considerar as pessoas e entidades que fazem parte das redes e organizações solidárias (sindicatos, escolas, universidades, igrejas,

associações de moradores e movimentos populares, governos participativos etc.) em seu potencial de demandas, como consumidores a serem atendidos; cuidar das embalagens, evitando a poluição e criando facilidades ao consumidor pela sua praticidade e informação sobre os produtos; realizar propaganda educativa; planejamento integrando demandaprodução; controle da qualidade de produtos e serviços, para bem atender os consumidores; desenvolvimento de novos produtos; promover a educação para o consumo solidário, iniciando pelos grupos existentes na rede.

No *campo da comunicação e educação*, as atenções se voltam para desenvolver práticas de comunicação horizontal, difundir materiais de informação, instituir centros de referência de comunicação e informação que atuem como facilitadores, aproveitar espaços nas rádios e TVs comunitárias, ampliar acesso aos sítios da Internet para aceder e distribuir materiais educativos, realizar negócios etc, produzir vídeos populares, realizar visitas mútuas entre os diversos empreendimentos em uma espécie de rede de intercâmbio vivencial entre os grupos favorecendo o processo de aprendizagem, manutenção de fóruns eletrônicos na Internet, jornal informativo, produção de catálogos para divulgar ofertas e demandas das entidades participantes, produção de programas radiofônicos sobre socioeconomia solidária para distribuição na rede, divulgar a rede junto a igrejas, associações de bairro e outras organizações comunitárias, apropriação de tecnologias disponíveis livremente na área de informática para o aprimoramento dos empreendimentos, criação de uma logomarca/selo e certificação dos produtos da rede de socioeconomia solidária, fomento à criação de laboratórios de aprendizagem em âmbito local, como sistema de troca de conhecimento entre os grupos, produção de eventos culturais (festivais, CDs etc.) a partir da diversidade regional, sistematização de experiências dos grupos para registro histórico e apoio a grupos menos experientes, utilização de novas tecnologias (vídeo e teleconferências, programas eletrônicos etc.) Por fim, no *campo das finanças*, tem-se como plataforma: desenvolver uma estrutura para autogestão do crédito e dos recursos, difundir organizações de crédito ético, estabelecer fundos de poupança interna, garantindo à rede autofinanciamento, autonomia e apoio a novos empreendimentos, difundir as experiências já existentes na Rede, debater o marco legal, interferir no orçamento e programas dos governos (municipal, estadual e federal) para linhas de crédito com melhores condições de financiamento para os pequenos empreendimentos e as iniciativas solidárias, criar iniciativas de

microcrédito solidário visando atender a uma massa de trabalhadores e empreendimentos autogestionários que não têm acesso ao crédito, orientar a criação de cooperativas/banco de crédito e poupança da socioeconomia solidária.

Políticas Públicas e Economia Solidária

A observação da convergência entre processos de gestão democrática de governos locais e controle participativo direto das políticas públicas, com as novas redes de economia sóciosolidária que combinam cooperativismo popular urbano e rural com empresas autogeridas pelos trabalhadores, abre a reflexão sobre uma nova abordagem da economia política da transição para novas formas de socialização da riqueza e do poder. Ao lado dos movimentos sociais de todo tipo que agem no terreno dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, vemos emergir um conjunto de lutas que traduzem esforços de agenciamento sócio-produtivo e de gestão sócioterritorial que fazem da crise brasileira um processo de disputa orgânica. Novas respostas para velhas questões da relação entre as diferentes desigualdades se abrem nesse cruzamento, onde o tema da produção e da reprodução social dos modos de vida é reposto no terreno de uma esfera pública que anseia por uma nova governabilidade.

Neste contexto a contribuição para essa nova institucionalidade passa por apoiar a formação de redes, intervindo-se nas cadeias produtivas, avançando em uma plataforma própria à economia popular e solidária. Essas dimensões de uma política pública que envolve a sociedade e o Estado na construção de uma área de economia cooperativa e social no interior da diversidade sócioprodutiva brasileira têm um ponto de partida fortíssimo: a emergência de experiências autogestionárias nascidas do colapso de empresas relativamente grandes de setores tradicionais da economia (metalurgia, têxtil, mineração etc), com uma disposição de seus trabalhadores no sentido de converter-se em cooperativados; as experiências de plantio e processamentos agroindustriais em assentamentos rurais ordenados sob a forma cooperativista; a emergência de ações integradas e formas de compartilhamento no tecido microempresarial; a emergência dos fóruns e redes de apoio, fomento e auto-organização de empreendimentos de base associativa e cooperativa; a emergência de formas locais de apoio em crédito e tecnologia, o desabrochar de redes

de economia solidária envolvendo um número progressivamente maior de consumidores e produtores.

A combinação entre as redes e fóruns, novos sistemas públicos de apoio ao cooperativismo, a criação de centros e estruturas de atendimento com base territorial, a difusão cultural pelas diferentes mídias, e as mudanças legais facilitadoras podem servir de uma verdadeira base de política pública de geração de trabalho e renda. Mas, além do acesso ao mercado e ao crédito, é dos meios de produção, dos equipamentos e infra-estrutura, das formas de qualificação e acesso a tecnologias de gestão de organização de processos e de definição de novos produtos que estamos falando.

A socioeconomia solidária remete aos processos de reprodução social coletiva, implicando em formas de desenvolver as economias locais e suas relações com as diferentes redes e fluxos de relacionamento entre o local, o nacional e o global, aproveitando o potencial de organização do consumo e a iniciativa empreendedora dos de baixo. É na forma da rede tecnológica, informacional e sócio-produtiva, integrada nesses níveis, que se delineiam propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável, sendo as redes, portanto, um referencial para as políticas públicas de geração de trabalho e renda no plano local e nacional.

Cabe aos governos implementarem políticas de apoio às redes de economia solidária, respeitando a autonomia dessas organizações. Neste sentido, a prática bem-sucedida atualmente no Rio Grande do Sul revela o potencial desta conduta na promoção do desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável e economicamente viável. Na interlocução democrática entre governos e organizações de economia solidária pode-se avançar, portanto, na elaboração e implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, de estímulo ao crescimento econômico pautadas em critérios da economia solidária, enfrentando-se com sucesso as desigualdades sociais.